

“Dizeres em esgrima” – O lugar social dos periódicos no Ceará da formação do I Império

“Decires en esgrima” – El lugar social de los periódicos en Ceará de la formación del I Imperio

Iarê Lucas Andrade¹

Resumo: O presente artigo desenvolve uma abordagem dos periódicos como importantes elementos na elaboração, afirmação e divulgação dos discursos engendrados no universo da formação do I Império no Brasil. Tratando do caso da Província do Ceará, é analisado como esses discursos foram elementos do debate para a concepção de poder que atravessava a dinâmica da rede social enquanto fator vertebrador das relações naquela sociedade.

Palavras-chave: Periódicos, Ceará, Redes Sociais

Resumen: El presente artículo desarrolla un abordaje de los periódicos como importantes elementos en la elaboración, afirmación y divulgación de los discursos engendrados en lo universo de la formación del I Imperio en Brasil. Tratando del caso de la Provincia del Ceará, es analizado como esos discursos fueran elementos del debate para la concepción del poder que atravesaba la dinámica de la red social en cuanto factor vertebrador de las relaciones en aquél sociedad.

Palabras-Clave: Periódicos, Ceará, Redes Sociales

Os processos de finalização da condição de Colônia portuguesa e início do Império no Brasil podem ser considerados como produto e produtor de grandes embates travados nas diversas instâncias e espacialidades do poder. As perspectivas, anseios, idéias e desejos que giravam em torno de uma mudança – ou de permanências – se constituíam em elementos construtores de projetos para o país, apontando diferenciadas formas de como ele era ou deveria ser.

Na então Província do Ceará, esses embates encontravam dimensão significativa em momentos como o chamado Movimento de 1817 ou ainda a Confederação do Equador, em 1824. O posicionamento, a defesa e concepção de idéias e de lugares de fala proporcionaram movimentações de forças políticas decisivas para a organização do poder

¹ Professor do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri – URCA/CE; Doutorando do Programa de História, Ideologia e Cultura Política Contemporânea da Universidade de Sevilla-Espanha.

político-administrativo, sempre apontando para a temática chave do modelo e da forma de governo.

Constituindo um locus privilegiado para a produção e circulação de discursos, os periódicos elaborados durante esse período expressam importante dimensão para o conhecimento acerca desses projetos e práticas em dinâmico conflito.

No presente artigo, pretende-se tratar do lugar social que esses periódicos desenvolveram e ocuparam no grande embate da formação do I Império no Brasil, onde é considerado um recorte baseado na então Província do Ceará, espaço de intensas movimentações políticas no período estudado. A seu turno, a abordagem expressa a profunda capilaridade que o processo em tela engendrou em diversos pontos do País.

I

Os trabalhos de investigação que consideram a temática dos periódicos vêm constituindo uma grande abertura para o campo da História, passando a tratar, em sua abordagem, de novos horizontes e perspectivas. Nesse sentido, as possibilidades construídas a partir do chamado giro lingüístico, além dos aportes presentes nas discussões acerca dos novos temas e novos objetos, representam marcos construtores de um tratamento dos periódicos e da imprensa, com um olhar que fortalece a posição dessas produções no debate teórico e metodológico.

Entendendo os periódicos – e outras produções da imprensa – enquanto construções coletivas, passam a interessar aspectos como os projetos que agregam pessoas em torno de idéias, percepções, interpretações e valores que são comunicados através da escrita publicada.

Contudo, esses tratamentos não são isentos de alguns cuidados que chamam a atenção na abordagem dos periódicos. Como no caso do manejo de outras categorias de fontes, é mister, na investigação dos periódicos, ultrapassar a mera confirmação de hipóteses, ou ainda apontar soluções para problemáticas pré-concebidas. Sobre essa questão, Ana Maria Almeida Camargo alerta:

Corremos o risco de ir buscar num periódico precisamente aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece quando desvinculamos numa palavra, uma linha ou um texto inteiro de uma realidade [...] Alguns, talvez, limitem seu uso por escrúpulos, já que encontram tão em evidência e abundância as confirmações de suas hipóteses – e com a mesma facilidade, também argumentos contrários. A maioria, porém [...] quando o fazem tendem a endossar totalmente o que encontram, aproximando-se de

Na última frase da citação, é aberta então a questão da forma de inquirir o periódico para a investigação em História.

A lide com essa tipologia de fonte disponibiliza ao historiador instrumentos da análise do discurso. Esse campo vem a promover uma maior problematização da narrativa, do acontecimento e da mediação entre ambos. Na esteira desse procedimento, é importante dar conta da motivação bem como da seleção do que deve – ou não deve – ter publicidade. Constituem elementos do leque inquisidor, fatores como o destaque dado a certos temas, a linguagem utilizada, a natureza do conteúdo, todos os fatores em vinculação com o público que será consumidor desses discursos, onde a recepção/leitura é também uma produção.

A postura de problematização diante do texto do periódico, assim como do próprio periódico, vem a ampliar a idéia de discurso, colocando-o num campo de práticas que excedem o lingüístico e que assim, alcança complexidades como instituições, acontecimentos políticos, atividades econômicas e espaços da atividade humana tradicionalmente entendidos como fora da dimensão discursiva. Essa concepção ampliadora põe, por sua vez, o discurso como as “condições em que o mundo se apresenta a si mesmo, enquanto real, com a forma em que as instituições e práticas históricas se convertem em regimes de verdade e de possibilidade” (DIRKS, 1996: 34). Entendido nesse prisma, o discurso é posto enquanto conhecimento e, sendo essa dimensão inseparável do poder, atravessa e se dilui nas práticas sociais, institucionais e materiais de uma dada sociedade. Nesse sentido, o discurso implica a lógica de funcionamento de estruturas de dominação e de sistemas de poder, com diversas práticas.

São aspectos do modo de inquirir os textos, no caso dos periódicos. Sobre isso, Antoine Prost assevera que “interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam” (PROST, 1998: 130).

A essa postura, é interessante também considerar o não-dito, ou seja, as zonas de silêncio que são estabelecidas.

Concebido como um grande campo de acirradas batalhas, a proibição da atividade da imprensa no Brasil colônia figura como um dos rounds do combate. As barras desse impedimento serão rompidas somente com a chegada da Família Real em 1808. Cabe a ressalva de que isso não nega a produção ou ainda circulação de produtos da imprensa, o que ocorria era a sua proibição do ponto de vista oficial.

Aquela altura é promovida a criação da primeira produção legalizada da Imprensa em território brasileiro, A Gazeta do Rio de Janeiro, afinal, os atos da governança

necessitavam de devida divulgação. Por outro lado, também havia as informações e notícias de âmbito internacional, todas cuidadosamente filtradas.

Na posição contrária e já em pleno embate, o Correio Braziliense pretendia

Informar aos brasileiros do que se passava no mundo, para influir sobre os seus espíritos direcionando-os no sentido das idéias liberais, para chamar a atenção para o caráter daninho do Absolutismo ou de qualquer forma de despotismo. Por isso boa parte do jornal era dedicada a comentar e a criticar as autoridades portuguesas e os seus equívocos administrativos. (LUSTOSA, 2003: 17).

Durante parte considerável do século XIX, notadamente na sua primeira metade, os periódicos no Brasil marcaram uma toada discursiva em três bases principais: radicalismo de idéias, objetivos doutrinários e ânsia de intervenção no espaço público.

Na então Província do Ceará, essas condições com relação ao lugar social da imprensa indicam uma interessante problematização: quem produzia os periódicos no Ceará do período considerado?

II

Em abril de 1824, o Diário do Governo do Ceará estampa em sua primeira página:

[...] Acordou o Governo que seria o Imprensário Francisco José de Sales [...] para coadjuvar o Imprensário, e instruir a mocidade haverião dois Ajupantes compositores Felipe José Fernandes Lana, e Urbano José do Espírito Santo [...] haverião mais dois serventes e finalmente haveria hum Redactor do Diário do Governo, que seria o P. Gonçalo Inácio de Albuquerque Mororó, pessoa de instrução e conhecimentos que venceria o ordenado de quatrocentos mil réis, e todos os ordenados serão pagos pela mesma Fazenda Pública [...]. (Diário do Governo do Ceará, 1824: 01)

Com essa notícia de abertura ficava comunicada a criação da equipe e mais alguns dados do funcionamento da Tipografia responsável pela produção do periódico oficial do então governo revolucionário, governo esse baseado em Juntas Administrativas que tinham o caráter contrário a diversas medidas tomadas pelo governo centralizado no Rio de Janeiro.

Ocupando lugar estratégico e decisivo dos aspectos diretivos do periódico, o Padre Mororó pode ser entendido como emblemático na medida em que sua posição é de sujeito que habilita a ação e a dinâmica do periódico. Ao elegê-lo enquanto redator, o governo estava manejando com os elementos de reperto do poder e de influência, ou dito de outra forma, da ativação do capital social, elemento de extrema importância na análise de

formações sociais do período estudado. Importa ressaltar que as ações dos sujeitos bem como as suas relações sociais eram estabelecidas por práticas que estavam ligadas a padrões marcadamente caracterizados em redes sociais de dependência, de influência e distribuição de benesses e privilégios.

O redator do Diário do Governo encontrava-se plasmado nesse universo de relações e vinculações de uma dada rede social. Tramas de relações entre indivíduos e coletivos e que tinham um funcionamento real externado, por exemplo, na compreensão da organização do Estado Brasileiro.

Na correspondência do Padre Mororó, são expressas algumas concepções amalgamadas nessa realidade de trama ou rede social. Se referindo a forma de governo, a argumentação é ampliada para os princípios de autoridade, poder e defesa de uma ordem onde os elementos de vinculações e relações devem ser preservados. Sobre as propostas liberais e os movimentos revolucionários é dito:

[...] Isto he um temor louco, ou para melhor dizer, isto he hua negra e infame objeção com que o espirito da revolução procura de todas as formas afeiar a Soberania, da qual todos os povos reconhecem a vantagem, progenitora da sua publicidade, e dos verdadeiros interesses. Se hum senhor he tão insuportável, quanto não serão os nossos vexames se elles se multiplicarem. Se aquelle exige para sua sustentação quantias extraordinárias tendo hum côngruo Patrimônio, que immensas não serão necessárias para as despesas e faustos de cem homens arrancados dentre a plebe geralmente pobre! Quer o Governo Aristocrático, quer Democrático, quer Mixto, todos laborão com inconvenientes insuportáveis. O orgulho dos ricos, que formam a Nobreza, a soberba natural da Plebe, elevada a grandes cargos e empregos, a rivalidade destas duas classes trarião a confusão e a desordem, das quais são vítimas o grosso da nação, sujeita as suas decisões. (MORORÓ, 1817: 575-576)

Essa era a mesma personagem que, “fizera a municipalidade de Quixeramobim adoptar a violenta resolução de banir Pedro I, acoimando-o de traidor, e declarando sua raça decaída do throno.”(SOUSA BRASIL, 1924: 05)

Os aportes apontados pela leitura das redes sociais podem ser sugestivos a alguns pontos presentes nessas ações. Muitos integrantes da liderança desses movimentos desenvolveram suas ações dentro de perspectivas que, as análises ancoradas em categorias como classe social ou grupo social podem apontar para condições de contradição ou ainda incoerência.

Contudo, é importante levar em consideração o universo em pauta. Os grupos em embate foram gestados em condições onde os valores, costumes e tradições marcavam

redes de vinculações e dependência/interdependência. Esses se constituíam enquanto fatores definidores da ação dos sujeitos e da própria rede social. A manutenção dessa última, de sua vertebração social, constituía um objetivo premente. Alterar tais redes e relações constituía um problema considerável.

Arraigados em sua construção de um capital relacional de larga temporalidade e de profunda imersão nos aparatos e instâncias locais, esses integrantes da elite problematizavam a situação de um Estado em formação. Indagações como: que regime ou forma de governo será mais garantidor da continuidade ou permanência dessas redes sociais mediante o atendimento de novas necessidades econômicas e produtivas? Em boa medida, alterar o aspecto do privilégio não equivale a sua eliminação. Nessa mesma linha, a quem caberia a manutenção da autoridade? Essa manutenção da autoridade em uma dada região poderia significar atritos, alguns destes violentos, mas não poderia significar a substituição condição dos atores sociais, que assim seguiam da elite.

O parâmetro de interpretação terminava baseado na capacidade que um governante – ou um regime – tem para, em duplo movimento, atender a manutenção e a dinâmica da rede social com seus aparatos e características. Esses elementos se constituem em fatores chave para a análise dos sujeitos envolvidos no processo.

Essa negociação ancorada na formação e expansão das relações constitui uma linha mestra para a composição de ações, a ocupação de cargos dirigentes, ou para o papel decisivo na direção de uma instância de elaboração, consumo e difusão dos discursos, como o caso dos periódicos.

Os vínculos delineadores das redes sociais, notadamente do ponto de vista do seu valor estruturante são de grandes conseqüências para a vida e condição das pessoas daquele universo. São aspectos que marcam as diferenças sociais e a dependência, a integração e a dominação nas múltiplas instâncias, definindo ainda o que é legítimo ou ilegítimo. São os vínculos que se desdobram na procura de apoio e poder enquanto capital relacional e capacidade de ação, capital esse mobilizável de forma especial, na ação das elites.

III

Importante dimensão dos interesses de setores da elite em franco digladiar na arena da formação do Estado Imperial Brasileiro, a produção de periódicos no início do I Império foi alavancada por elementos de caráter ideológicos que faziam da palavra escrita – posteriormente também da imagem – ferramenta de combate.

Com a liberação da Imprensa, em 1821, é aberto o campo de uma polifonia que dinamizava idéias e atitudes para leitores e escritores e que passa a ser disponibilizado no dia-a-dia pelos periódicos.

A Imprensa com forte carga militante que se multiplicava no período do processo da Independência, já demonstrava na composição de títulos, os seus princípios. Nomes como “O Bem da ordem”, “A Malagueta”, “O Papagaio” proporcionavam uma “polifonia de diversas vozes que se propuseram a entrar no debate e conquistar o público para suas idéias.”(LUSTOSA, 2003:17)

No Ceará, alguns dados dão conta de uma produção da imprensa que estava a atuar de forma contundente nesse debate. Em documentação referente às medidas das Câmaras diante a formação da ordem Imperial, é estampado:

Tendo aparecido em vários lugares desta Villa pasquins perturbadores do socego público, amotinadores da Boa Ordem Social, atacando positivamente com falsas calumnias ao Governo convidando os povos para huma sublevação, clamava o público ser seu Auctor o Capitão Ajudante José Ferreira Lima, [...] por ser esse costumado a fazer ataques semelhantes aos Governos desta Província pela sua má conducta e inimizade, que tem a maior parte dos Habitantes desta capital. Apareceu igualmente huma Proclamação anônima em defeza do Governo e de seus feitos que declarava ser elle o Auctor dos incendiários pasquins ou libellos famosos [...].(OLIVEIRA, 1907: 19)

A questão da interposição no debate, bem como a utilização do veículo da Imprensa enquanto importante meio para divulgação e conhecimento de idéias, ordens ou medidas, antecede no Ceará, a autorização da Imprensa oficial. Em 1817, com a sublevação das capitanias de Pernambuco e Parahyba, e com a participação do Ceará, o governo deste último emite – e publica – o ofício:

Insinuei por diferentes meios à Câmara desta capital para que [...] concorresse a esta minha casa juntamente com o Clero, Nobreza e Povo para que na sala do Docel, e a vista do Retrato de S. Majestade todos expressassem os seus votos de amor e fidelidade a S. Majestade [...] o que tudo correspondeo ou talvez excedeu aos meus desejos, tendo eu anteriormente tomado todas as precisas precauções para o caso de algum infausto acontecimento [...] e concluío com Vivas a S. Majestade e a toda Família Real [...] Foram com effeito excessivas as demonstrações que o Povo desta Capital deo naquella occasião da sua fidelidade para com a Augusta Casa de Bragança. [...] Fiz redigir hua gazeta de todo este interessante passo, que mandei espalhar em todas as Villas da Capitania.

As grandes distâncias destes certões não permitem que eu possa ainda conhecer o resultado desta medida. (OLIVEIRA, 1907: 23)

O desenvolvimento das redes sociais de então, percebia o ato contestatório enquanto ferramenta crucial para o questionamento dos sujeitos a receber os privilégios e benesses. Na Província do Ceará, essa condição leva, associada a outras ações, ao aparecimento de “vários pasquins perturbadores do socego público.” Em alguns dos termos, ou unidades discursivas, são atravessadas as condições onde os sujeitos e as palavras ocupam espaços e hierarquias.

O funcionamento das instâncias de poder baseado em tais procedimentos e concepções estava a considerar o parcelamento de instâncias, o que garantia a continuidade da dinâmica, ao mesmo tempo em que interessava à medida que alguém se apresentava enquanto merecedor desse ou daquele privilégio, ou ainda um dado lugar hierárquico. Nesse sentido, é destacável a utilização de termos como “inimizade”.

Na abordagem das redes sociais, vínculos como família, parentesco, amizade, entre outros aparecem com freqüência aos estudos do historiador. É importante considerar que esses vínculos, em outras sociedades e outras épocas, apresentam entidades específicas, e assim diferenciadas em relação ao caso das sociedades contemporâneas.

No recorte considerado, não se tratava de vínculos simples entre indivíduos de uma sociedade dividida em classes, “eram os próprios vínculos estruturantes que comportavam regras de funcionamento estritas, que supunham geralmente o exercício de uma autoridade própria dessa relação e que correspondia uma ação solidária no campo social.” (BUENZA, 1996: 23-22)

Nesse estatuto, o indivíduo se encontrava submetido à própria comunidade, com marcantes deveres de reciprocidade e obrigações com relação à sociedade da qual formava parte.

Esse jogo de relações que vertebravam a sociedade em redes de dependência, atravessava as diversas instâncias “desde a casa até o reino, comportando em maior ou menor grau o exercício de uma autoridade” (BUENZA, 1996: 29).

Nessa condição, a capacidade de ação do sujeito se encontrava agregada ao seu capital relacional. Dessa perspectiva, as relações de amizade – ou o seu inverso – constituem fatores de ampla envergadura no sentido do acúmulo desse capital.

A amizade política como amizade útil se observa em particular na relação entre pessoas que exerciam cargos e que intercambiavam serviços sobre essa base. [...] Além da relação direta de pessoa a pessoa, isto permitia uma cascata de mediações, que, em caso de necessidade, permitia chegar muito mais longe. [...] As relações de amizade eram um elemento chave nas redes sociais dos poderosos. [...] O número e a qualidade de amigos

A implicação da expressão “inimizade a maior parte dos habitantes desta Capital”, coloca o sujeito em condição de desvantagem e de pouca – ou nenhuma – capacidade de ação ou negociação, pois se encontrava sem a relação vertebradora do grupo, sem acesso ao princípio de autoridade e legitimidade que, a um só tempo, atravessava e vinculava o grupo.

Em outra implicação significativa, a expressão “[...] à vista do Retrato de S. Majestade todos expressaram os seus votos de amor e fidelidade a S. Majestade”, é importante considerar, dentre outros elementos, a questão imagética desenvolve uma importante dimensão na relação de reciprocidade e dependência, sobretudo quando a presença física do senhor – ou governante não é possibilitada. I. Buenza se refere ao problema do discurso imagético enquanto uma importante instância no estabelecimento das relações sociais alertando para a “[...] utilização de uma pedagogia da palavra e da imagem que exaltava a figura do senhor e buscava reforçar adesões” (BUENZA, 1996: 42).

No mesmo documento considerado, é relevante o atendimento desse desiderato da utilização do capital relacional a expressão “tendo eu anteriormente tomado todas as precisas precauções para o caso de algum infausto acontecimento.”

O embate presente nos periódicos estava a situar a polifonia discursiva das forças que se digladiavam na trama de diversos vínculos e punha em relevo a importância das redes sociais nos processos de formação, continuidade ou renovação das elites.

É importante a consideração de que a definição de posições de discursos vencedores, na defesa de interesses das diferentes ramas da rede social, representava uma parte nada marginal do poder de uma elite dirigente provincial.

Considerações Finais

No processo de formação do I Império, os periódicos ocuparam, na Província do Ceará uma condição de relevante espaço produtor e divulgador das idéias e ações dos sujeitos envolvidos. Mesmo considerando que as comunidades de leitores não eram numerosas face ao alto nível de analfabetismo, é importante perceber que o valor da elaboração discursiva, da interposição no debate e conseqüente divulgação de idéias e opiniões, atendiam a muitos dos objetivos dos construtores dos discursos, bem como de um dos seus espaços mais dinâmicos, os periódicos.

Distribuídos em uma complexa rede social de fidelidades e reciprocidades, os sujeitos manejavam todo um capital relacional que por diversas vezes poderia ser acionado

ou disponibilizado a partir de formas características de representatividade. Assim, a opinião de muitas tramas dessa rede poderia ser definida a partir de um dos seus pontos nodais. Atingir as elites dirigentes das Villas poderia significar um alcance em cascata para toda uma rede de dependência e fidelidade. E o tecido, por sua vez se desdobrava em muitas camadas ou faces.

Essas redes foram acionadas para definir elementos como a representatividade, a ocupação de lugares de poder ou a manutenção de condições privilegiadas. Com as alterações governativas em andamento, as elites estavam a utilizar o seu capital relacional para a manutenção de seus princípios de autoridade e o atendimento as suas necessidades se constituía algo não apenas desejável, mas o que se poderia esperar na medida em que esse procedimento atravessava todas as relações estabelecidas, desde a casa até ao Estado. A vertente dessa elite que lograsse disponibilizar maior capital relacional ao governo, poderia reivindicar maior atenção e assistência. Na mesma ação, caberia às instâncias governativas esse atendimento, caso contrário, os fios da rede estavam sob constante ameaça, podendo chegar ao seu rompimento para com o poder central.

Fontes e Bibliografia

Diário do Governo do Ceará. Primeiro de Abril de 1824. Fortaleza: Typografia Nacional, ano I, Número 01, p. 1.

MORORÓ, P. Gonçalo. Um precioso inédito do Padre Mororó (Coleção Studart). **Revista do Instituto do Histórico do Ceará.** Fortaleza. Tomo especial de 1924.

POMPEU, Thomaz. Discurso na sessão comemorativa do I centenário do jornalismo no Ceará. **Revista do Instituto Histórico do Ceará.** Fortaleza. Tomo especial de 1924.

Referências Bibliográficas

BUENZA, J.M.Imizcoz. **Elites, poder y red social:** las élites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna. Bilbao: Universidad del País Vasco, 1996, pp. 13-50.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: **Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História.** São Paulo: Seção gráfica da FFLCH/USP, 1971, PP. 225-39.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano:** artes do fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CHARTIER, R. El mundo como representación. In: **Historia cultural: entre práctica y representación.** Barcelona: Gedisa, 1992, p. 40-59.

DIRKS, N. B. Historical Anthropologies and Anthropological Histories. In: **The Historic Turn in the Human Sciences.** Michigan: University of Michigan Press, 1996, p. 19-35.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

OLIVEIRA, J. Baptista P. de. A imprensa no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Ano XXI, 1907.

PROST, Antoine. Social e Cultural indissociavelmente. In: **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

SOUZA, Simone (org.). **Uma nova história do Ceará**. 3 ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

Recebido em *setembro* de 2009

Aprovado em *novembro* de 2009